



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO



CPE-Universidade / Partido Operário Revolucionário [POR]
www.pormassas.org - por@pormassas.org - n.5 - Junho de 2014

Estado e governos burgueses reprimem brutalmente as manifestações por todo o país

É preciso unificar as manifestações e lutas e ampliar a mobilização nos locais de trabalho e concentração da população trabalhadora

Está em curso a Copa do Mundo bilionária dos capitalistas. Trata-se de um megaevento, que, em conjunto com a Copa das Confederações e as Olimpíadas, objetiva colocar os recursos públicos a serviço da FIFA e de frações da burguesia nacional e internacional (construção civil, imobiliárias, hotelaria, turismo, comércio, entre outras). São quase R\$ 40 bilhões gastos para manter a infraestrutura, construir estádios e treinar os efetivos das forças de repressão (Exército, Força Nacional de Segurança, Polícias Militares, Civil, Federal e Rodoviária, além das Guardas Municipais).

O treinamento e armamento da polícia têm como função controlar e reprimir brutalmente as manifestações e os lutadores. Não é possível realizar um evento deste tipo num país atrasado e com profundos problemas sociais (educação, saúde, moradia, transportes, condições salariais e de trabalho) sem repressão e controle das comunidades pobres e dos manifestantes. Trata-se de um verdadeiro estado de militarização da vida social em plena democracia formal burguesa. É esse o papel que cumpre o Partido dos Trabalhadores (PT) a frente do poder do Estado. Para tanto, tem

recebido apoio ideológico e político das correntes petistas (governistas) e, inclusive, de correntes de fora do partido.

Desde o dia 12 ocorreram manifestações pelo país, que foram reprimidas pelas forças de segurança. Inúmeros lutadores foram presos e, agora, estão sendo processados. Mesmo diante da campanha política ideológica do Estado, dos governos, da grande imprensa burguesa e de parte da esquerda reformista em favor dos interesses bilionários da FIFA e dos capitalistas nacionais e internacionais, as manifestações continuarão a ocorrer. A tarefa consiste em garantir a unidade das manifestações e ampliar a divulgação e mobilização nos locais de trabalho, nas comunidades pobres e nos lugares de aglomeração da população. A Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) se coloca na trincheira de luta contra a Copa bilionária dos capitalistas e em defesa da educação, moradia, saúde e transportes públicos. Presta solidariedade a todos os manifestantes e lutadores reprimidos, presos e processados. Constrói e apoia as lutas, greves, manifestações e paralisações do proletariado e demais trabalhadores assalariados e da juventude.

MANIFESTO DO POR SOBRE A COPA BILIONÁRIA DOS CAPITALISTAS

Unificar todas as lutas contra os governos e os capitalistas, sobre a base de uma plataforma de reivindicações!

A greve dos metroviários de São Paulo, que foi duramente atacada pelo governo, pela justiça, pela polícia e pela imprensa, expressou claramente o choque que vem se desenvolvendo e acirrando entre os explorados, de um lado, e os exploradores e seus governos, de outro.

As greves têm crescido e se espalhado. Se já atingiam os setores do funcionalismo, professores e estudantes, agora se manifestam os trabalhadores dos transportes, primeiro as greves dos rodoviários por todo o país, e agora os metroviários. Os aumentos dos preços dos gêneros de primeira necessidade, muito acima dos índices afirmados pelo governo, vem espalhando descontentamento entre as massas e as empurram para as greves, em muitos casos contra a vontade das direções sindicais. Ainda não se manifestou a principal força nesse conflito, o proletariado fabril.

O cálculo da inflação governamental, hoje em 6,5% e bem acima da meta de 4,5%, é uma média. Esse cálculo esconde o real impacto dos aumentos dos preços sobre a vida da maioria explorada. As greves e demais manifestações têm exposto o arrocho salarial. Com o mesmo salário, compra-se menos.

São os efeitos da crise mundial capitalista, aberta em 2008 e ainda em marcha. As manobras do governo para atenuar seus efeitos se mostram esgotadas. A queda da produção industrial já se reflete em milhares de demissões. As contratações têm caído em todos os setores. A alta dos preços não pode ser maquiada.

Diante das previsões de acirramento da crise, os governos procuram meios para sustentar o subsídio aos capitalistas, às indústrias e aos bancos. Cortam gastos sociais, como em

educação, saúde, transporte e moradia. É evidente a contradição entre a ganância bilionária para realizar a Copa do mundo no Brasil, que favoreceu a FIFA, as empreiteiras e outros grupos capitalistas, e as gritantes necessidades das massas, negadas pelos governos, sob argumento de falta de recursos.

Os cortes de gastos nos serviços sociais têm levado o funcionalismo, professores e estudantes à luta. Os governos deixam essas greves morrerem pelo desgaste do isolamento. São em geral meses de paralisação sem conquistas. Está acontecendo isso neste momento com as universidades federais. As universidades estaduais paulistas também estão em greve há quase três semanas contra o congelamento salarial e o governo Alckmin e seus reitores sequer negociam. Os professores da rede municipal de São Paulo fizeram uma longa greve com grandes manifestações nas ruas de São Paulo e o governo do PT só alterou a agenda dos reajustes. Em outros estados do país, as greves de professores se radicalizam, mas não conseguem derrotar os governos. As lutas desses setores são pelas mesmas reivindicações: contra a precarização dos serviços sociais públicos, pelo reajuste salarial que se contraponha à alta do custo de vida.

Os rodoviários, por todo o país, em muitos casos contra as direções sindicais, expuseram a superexploração a que são submetidos em greves radicalizadas pelo reajuste salarial.

Os metroviários abriram um conflito contra o governo do PSDB por um reajuste salarial que quebrassem a barreira do índice manipulado de inflação governamental. Exigiam dois dígitos de aumento (12,2%). Chegaram a rebaixar duas vezes o índice reivindicado, mas Alckmin bateu o pé nos 8,9% (antes tinha

oferecido 7,5%, o mesmo dado aos ferroviários). A intransigência de Alckmin expressa a intransigência geral do patronato. O índice dos metroviários e o resultado de sua greve servirá de base para as demais negociações salariais. Aproximam-se as datas base de setores como bancários, metalúrgicos, químicos e outros. A vitória dos metroviários seria um estopim da luta de classes. Daí a brutal repressão desfechada contra a greve: tropa de choque contra piquetes e manifestantes de apoio, prisões e tortura, intervenção judicial impondo 100% de operação dos trens, multa milionária ao sindicato, julgamento da greve como abusiva, campanha na grande imprensa, demissão por justa causa da vanguarda.

A ligação entre a luta salarial dos metroviários e a luta contra a repressão aos movimentos e pelo fim da legislação antigreve ficou evidente. A burguesia e seus governos estão dispostos a usar a repressão mais violenta contra os movimentos que se levantem pelas necessidades mais sentidas das massas. A organização das lutas depende de levantar a defesa do direito de se mobilizar para defender as reivindicações, juntamente com sua própria defesa. A luta democrática mais elementar hoje é o combate à legislação antigreve e à repressão aos movimentos. A ditadura de classe da burguesia se acirra contra as massas por meio dos governos ditos democráticos

O crescimento do número de greves e as reivindicações comuns apontam para a necessidade de sua unificação. O fato da classe operária ainda estar contida pelas direções sindicais pró-capitalistas é um obstáculo para a convocação imediata de uma greve geral. Mas isso não quer dizer que não seja possível e necessário que se unifiquem as lutas em andamento ao redor de uma plataforma de reivindicações que possa expressar essa unidade, ganhar as ruas e o apoio da população assalariada e impor derrotas aos capitalistas e seus governos nos seus planos de despejar a crise capitalista sobre os oprimidos

Essa plataforma de reivindicações deve ser encabeçada pela defesa das condições mais elementares de sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias, das condições mais elementares de defesa da vida das famílias camponesas, da defesa dos serviços sociais públicos e gratuitos, sob controle dos assalariados.

A luta contra a Copa bilionária dos capitalistas e seus

governos não deve estar submetida às eleições. Deve ser um canal para conquistar a unidade das lutas que se desenvolvem, impulsioná-las, unificá-las e projetá-las num movimento único dos explorados contra os exploradores e seus governos.

- Por um salário mínimo vital de R\$ 4.200,00 – Escala Móvel de Salários (reajuste automático de salários de acordo com a inflação)
- Fim do desemprego: estabilidade a todos, escala móvel das horas de trabalho (divisão de todas as horas de trabalho disponíveis entre todos os aptos ao trabalho, sem redução salarial)
- Educação Pública e Gratuita a todos, em todos os níveis, fim do ensino pago, vagas para todos, expropriação de toda a rede privada de ensino sob controle coletivo de quem estuda e trabalha. Governo tripartite nas universidades, eleito diretamente pelo voto universal, revogabilidade de mandato e subordinado à assembleia geral universitária. Real Autonomia e Democracia Universitárias!
- Saúde pública e gratuita a todos. Expropriação da rede privada de saúde e controle operário.
- Transporte Público sob controle operário. Passe livre a estudantes e desempregados. Estatização sem indenização do transporte privado e controle operário.
- Moradia a todos! Desapropriação sem indenização e entrega das moradias aos ocupantes! Expropriação das empresas de construção civil e controle operário!
- Terra aos sem-terra! Fim do latifúndio, entrega das terras aos camponeses! Revolução Agrária! Aliança Operário-camponesa! Expropriação das multinacionais de sementes e insumos!
- Expropriação geral das multinacionais, das redes de supermercados e dos bancos, com controle operário da produção, distribuição e comercialização das mercadorias!
- Nenhum imposto sobre os assalariados! Que só os capitalistas paguem impostos! Não ao pagamento da dívida externa! Fim do parasitismo financeiro! Fim dos subsídios aos capitalistas!
- Abaixo o capitalismo! Por um Governo Operário e Camponês! Revolução Proletária!

UFBA: Direção da APUB cancela autoritariamente a assembleia do dia 29 de maio

Como havíamos dito no Boletim anterior da CPE/POR a paralisação nacional do dia 21 de maio chamada pelo Andes-SN foi sepultada em assembleia docente na UFBA no dia 14 de maio com os votos da diretoria, de parte da oposição (PSTU, Consulta Popular e parte dos independentes). Foi uma dura derrota para a categoria. O motivo? As eleições para reitor da UFBA. A CPE/POR junto com outros docentes votou pela manutenção da paralisação. Na mesma assembleia aprovou-se o dia 21 como de mobilização e realização de um debate sobre carreira e campanha salarial. Foi marcada nova assembleia para 29 de maio.

O debate do dia 21/05 reafirmou tudo o que a oposição já sabia e tinha construído durante a última greve da categoria, particularmente, os efeitos da Lei 12772/12: desestruturação da carreira docente, perdas salariais reais, limites à autonomia universitária, condições aviltantes de trabalho e o aprofundamento do desmonte das universidades públicas. Foi discutido o papel de serviços da lógica expansionista que os reitores têm cumprido junto ao MEC. Como se opor a tudo isso? Por meio da organização, mobilização e luta, por meio da ação direta (manifestações, greves, ocupações). Entretanto, as direções insistem em apostar nas “mesas de enrolação” com o governo, em detrimento de um trabalho sistemático de base e da adoção de métodos da ação direta.

A nova assembleia marcada para o dia 29 de maio foi simplesmente cancelada de forma autoritária pela diretoria da APUB/Proifes sem nova data. Com o cancelamento da

assembleia, a oposição chamou para o mesmo local e horário uma reunião ampliada, tirando alguns encaminhamentos: protocolar o ofício solicitando que seja convocada uma nova assembleia, elaboração de uma nota para ser panfletada na base da categoria e a realização de uma nova reunião da oposição. A APUB respondeu com evasivas, declarando que só iria realizar assembleia após o recesso.

Ao mesmo tempo, a Reitoria baixou uma portaria sobre recesso de 12 de junho a 1º de julho, antes só teríamos recesso nos dias de jogos do Brasil e dos jogos realizados na Arena Fonte Nova, pois algumas faculdades liberariam seus estacionamentos nos dias de jogos em Salvador. Sabemos que esta decisão teve o claro objetivo de esvaziar a universidade, em consonância com as decisões de governos de esvaziar as escolas para obstaculizar a mobilização e participação dos estudantes nas manifestações contra a copa, inclusive o restaurante universitário fecharia durante este período de recesso.

Restou à pequena parcela combativa da oposição construir e participar das manifestações juntamente com outras organizações durante o período de realização da Copa da burguesia e da FIFA. É o que tem feito a militância da CPE/POR. Ao mesmo tempo, tem construído com outras organizações o COMITÊ CONTRA A REPRESSÃO. No dia 10 de junho foi lançada a Cartilha “Lutar não é Crime”. A tarefa consiste em participar ativamente das manifestações e garantir a defesa política e jurídica dos lutadores.

USP: Combater a ofensiva privatizante

O gigantesco crescimento do sistema privado de ensino superior reflete a tendência em minimizar até extinguir o sistema público. O Banco Mundial recomenda aos países semicoloniais que o Estado arque apenas com o nível fundamental. É um ramo de negócio que se expande e ultimamente, tem atraído o interesse do capital estrangeiro. A burguesia brasileira não vê nenhum problema em desnacionalizar o sistema superior de ensino. As portas se abriram para grandes corporações estrangeiras. Um dos objetivos dos investidores é o de impulsionar o ensino a distância (EaD).

O governo de Lula foi pródigo em jogar com os dois sistemas, como se fossem complementares e harmônicos. Criou o programa de bolsas de estudo para uma faixa da população pobre, subsidiando o sistema privado com isenção de impostos (Prouni), e lançou o projeto de limitada expansão da universidade federal (Reuni), questionado por sua precariedade. O resultado é que se manteve a tendência privatizante com apoio direto do Estado.

O Congresso acabou de aprovar o Plano Nacional da Educação (PNE) que está voltado essencialmente em garantir os interesses do sistema privado. Estabelece garantias de funcionamento e de livre expansão dos negócios empresariais com a educação. Nota-se que o governo petista teve de se equilibrar diante das pressões privatizantes dos capitalistas e das aspirações da pequena burguesia pobre pelo acesso à universidade estatal. Ocorre que o jogo duplo serve à privatização, que praticamente controla o ensino superior.

Os governistas da UNE e PROIFES cumprem a função de ocultar o processo de destruição da universidade pública e de desfiguração da formação científica por meio do EaD. Capitularam o apoiando. Mesmo o movimento docente, dirigido pelo Andes, se adaptou a ele pela esquerda. No seio das universidades públicas, é visível o progresso da mentalidade privatista no meio docente. A burocracia universitária serve de correia de transmissão das diretrizes do imperialismo para a educação na semicolônia. A crise por que passa a USP é parte dessa conformação a que chegou o sistema de ensino superior no Brasil.

Luta democrática - Nem bem o novo reitor tomou posse, divulgou que a USP está financeiramente quebrada. Segundo Marcos Antônio Zago, a administração está obrigada a utilizar parte de suas reservas para pagar salários. Foi o sinal de que atacaria os funcionários e professores. O que de fato imediatamente ocorreu. As assembleias da Adusp e Sintusp não tiveram outra saída senão a greve. No entanto, limitou-se a uma resposta corporativa. Sem mostrar o claro vínculo entre a crise financeira, a eleição do novo Reitor, a posição privatizante de setores da burocracia e o ataque aos salários.

Nesta situação, os privatistas se alçaram. Recorreram aos números. Dos R\$ 3,6 bilhões de poupança, a USP já gastou R\$ 1,3 bilhão. Como resolver o desequilíbrio? O Reitor começou com o congelamento dos salários. Sabia que enfrentaria uma greve. O objetivo maior é o de assinalar o caminho da privatização. A tese de que a USP comporta cobrar mensalidade é antiga. Vem do próprio Estado. Para os setores mercantilistas, não se deve mais comprometer parte do Orçamento estatal com o ensino público. Há que generalizar de vez o sistema privado. Deve-se implantar a gestão empresarial da educação, o que facilitaria padronizar o funcionamento do ensino superior e avançar com a forma on-line.

As empresas especializadas (Globo, Abril, etc.) estão prontas para ampliar sua ação e dinamizar os negócios com o ensino, apoiadas pelo Estado. A derrubada da cidadela da universidade pública que é a USP abriria um caminho promissor para o empresariado e serviria à burocracia profissional.

O jornal *Folha de S. Paulo* estampou uma pesquisa que conclui que: “Seis em cada dez alunos da graduação têm como pagar mensalidade, segundo critério do Prouni”. Dados oficiais da USP indicam que 34% dos alunos vêm de famílias com renda mensal superior a dez salários mínimos (R\$ 7.240). Pelas normas do Prouni, esses estudantes não teriam direito, seja à bolsa integral, seja a 50% de desconto”. Ainda segundo a pesquisa, sem o repasse do governo, a mensalidade na USP seria

de R\$ 3.900 para todos os alunos.

Os privatistas recorrem a um valor tirado do ideário do reformismo: “Então, do ponto de vista de justiça social, faria sentido que alunos com melhores condições pagassem mensalidades.” O raciocínio é uma abstração em favor da privatização. Ao contrário, trata-se de justamente combater as diferenciações de classe diante das necessidades públicas, como ensino, saúde, etc. A bolsa não é um direito democrático, mas uma concessão a uma minoria de uma grande maioria oprimida.

A defesa do ensino público corresponde à luta democrática dos oprimidos contra a discriminação (contra a escola e a saúde de classe). Trata-se de uma exigência de que o Estado burguês garanta acesso a toda população à educação (em todos os níveis). É preciso, assim, rechaçar firmemente a ofensiva privatista na USP e desenvolver a luta democrática pelo ensino público.

Arrancar o controle da universidade das mãos da burocracia e de seu governo - A crise da USP recolocou rapidamente a questão de quem deve dirigir a universidade. O reitor eleito não pensou duas vezes em abrir caminho à privatização. A troca de um burocrata por outro cumpriu apenas o ritual antidemocrático com aparência democrática. A farsa serve à política privatista do governo Alckmin.

Um dos setores levantou a bandeira da “transparência”. O Ministério Público (MP) prometeu uma investigação. É uma bandeira distracionista. Nem a burocracia, nem o Estado (MP) exporão as falcatruas do ex-Reitor e de sua camarilha. O que se coloca objetivamente é a luta pela abertura das contas por uma assembleia universitária. A unidade dos três setores de fato se daria sob a bandeira de uma investigação independente perante o Estado e à burocracia universitária (braço político-administrativo do Estado).

A crise coloca a necessidade de arrancar a universidade do controle da burocracia e do governo. No ano passado, a assembleia estudantil aprovou a bandeira de luta por um governo tripartite. No entanto, esta não chegou a ser assumida pela maioria dos estudantes.

Os impasses e contradições da universidade colocam objetivamente a questão do controle por parte dos que estudam e trabalham e revelam que a conservação da burocracia e a intervenção do Estado resultam em sua decomposição. A desfiguração do ensino científico se deve ao fato de estar desvinculado da produção social. Não se deve, porém, minimizar o papel da burocracia como fator de desfiguração.

Subjetivamente, as forças progressivas da universidade se acham atrasadas em relação às tarefas democráticas e ao enfrentamento com as forças reacionárias e conservadoras. É possível que uma camada minoritária da juventude assumirá inicialmente o programa da autonomia universitária e encabeçará a luta por um governo tripartite, com maioria estudantil, eleito pelo voto universal, sujeito à revogabilidade do mandato e assentado na soberania da assembleia universitária. Esse ponto de partida permitirá elevar a compreensão das massas estudantis (e parte dos docentes e funcionários).

Os democratizantes e conciliadores se apoiam no atraso político das bases para defender o aperfeiçoamento das eleições e aumento da participação das bases nos seus órgãos de gestão. O problema está em que as direções das três categorias ou são estatizantes (governistas) ou reformistas (democratizantes). As mudanças na situação econômica e política do País atingem a universidade e colocam para os estudantes a superação da inércia. Da situação objetiva emerge o programa da revolução universitária. É preciso desenvolvê-lo no seio das lutas universitárias.

Vencer o corporativismo e os particularismos - O corporativismo e o particularismo serão combatidos no árduo caminho de luta política no seio do movimento, fortalecendo o método da ação direta e organizando a luta em direção à assembleia universitária. O reformismo e o governismo terão de ser desmascarados e derrotados. A experiência na USP vem avançando neste sentido. A organização da vanguarda por meio do programa proletário possibilitará avanços na luta pela autonomia universitária.

UERN: Balanço da Assembleia de 11 de junho

Direção rebaixa reivindicação e nega a luta

A direção da Aduern (PT, grupo dirigente do Andes e independentes) convocou uma assembleia para o dia 11 de junho, para dar ciência à categoria da resposta do Reitor à pauta de reivindicação da campanha salarial de 2014.

O Reitor respondeu que estava realizando toda a pauta de reivindicação da categoria. Era como se bastasse os docentes esperarem que durante a sua gestão concluísse a realização de nossa pauta de reivindicação. Quanto ao índice salarial, solicitou uma proposta alternativa, ou seja, esperava a direção rebaixar mais ainda a reivindicação, talvez com uma proposta de parcelamento a perder de vista, como ela está acostumada a realizar com os governos.

Na assembleia, foram exigidos prazos para que o reitor atenda as reivindicações. A CPE/POR afirmou que a postura do Reitor era prova de que nenhuma reivindicação da categoria seria atendida sem luta. Para isso, deveria ser formada uma comissão de base de mobilização e aprovado o indicativo de greve para o dia 26.

A assembleia estava esvaziada. A direção não tem mobilizado e tem convocado somente sua base política de apoio, tornando a assembleia um jogo de cartas marcadas. Por outro lado, a oposição revolucionária, não tem força política para mobilizar o conjunto da categoria a comparecer à assembleia e opor-se às manobras políticas da direção. O

indicativo de greve foi rejeitado por ampla maioria dos quase 35 docentes presentes.

No ponto sobre o índice salarial, a CPE demonstrou o erro da direção nos cálculos, mas os presentes ignoraram. A direção informou ter feito os cálculos com base no maior salário da educação básica com graduação, rasgando de vez toda e qualquer relação do salário da categoria com o seu PCCS.

A direção da Aduern possui uma predisposição ao rebaixamento das reivindicações da categoria. Essa política é coerente com o sindicalismo de resultado, reformista burguês, adaptado aos limites do que é possível dentro do sistema capitalista. A CPE defende um sindicalismo revolucionário, de solução dos problemas dos trabalhadores, se a solução dos problemas dos trabalhadores resulta em ultrapassar as possibilidades de seu atendimento dentro do que é possível no capitalismo, que morra o capitalismo mas antes defendemos a vida e condições de trabalho dos assalariados.

A rejeição da defesa do PCCS da categoria e do indicativo de greve são demonstrações da tendência da direção da Aduern de enterrar a campanha salarial de 2014. É preciso construir uma fração revolucionária no sindicato para derrotar politicamente essa direção e dessa forma erguer uma alternativa de direção consequente para a luta dos professores.

UFCG/PB: O que há por trás da posição contra a greve?

Desde o início do ano, como parte das rodadas de assembleias no ANDES-Sindicato Nacional, a diretoria da ADUFCG convocou várias reuniões e assembleias para debater e deliberar sobre a greve nacional dos docentes. Devido à falta de trabalho de base, as assembleias iniciais agregaram poucos docentes e indicaram a necessidade de retomada da greve, sem data definida. Um fato local, porém, alterou a relação de forças. No dia 3 de abril foi realizada uma paralisação com obstrução dos portões, proposta aprovada na assembleia docente e das demais categorias. Este ato, em resposta à adesão monocrática do reitor à Ebserh, foi um divisor de águas.

A partir de então, setores contrários à mobilização ou defensores de um sindicalismo corporativista passaram a participar das assembleias, com uma iniciativa puramente negativa de imobilizar a diretoria e, por sua vez, a categoria. O legalismo deste setor é seletivo, ao mesmo tempo em que consentem com a violação do estatuto da universidade, por parte do reitor Edilson Amorim, chegaram a cobrar a suspensão de uma assembleia, pois o quórum necessário foi atingido após o horário estabelecido. Com o pretexto de economizar, procuram minimizar a presença dos docentes da UFCG em atividades nacionais. Também é comum que votem contra a greve e retirem-se, mostrando a falsidade da defesa de “outros métodos”.

Revela-se, com isso, que parte dos docentes tem adotado saídas individuais, que se associam com a política privatista do governo federal. Assim, procuram inviabilizar a mobilização coletiva, que, em alguns casos pode até mesmo prejudicar seus

“negócios” com empresas conveniadas ou os prazos das agências de fomento. Consciente ou inconscientemente reforçam o autoritarismo e antiautonomismo que se manifestam internamente e servem de correia de transmissão à política de precarização da universidade e destruição das condições de trabalho. Curiosamente, são os primeiros a acusarem a diretoria de ser manipulada por interesses de “partidos radicais minoritários”, quando são eles que estão fazendo o jogo dos grandes partidos presentes na cena eleitoral.

Ante este cenário, é importante que os professores que agem conscientemente em defesa da universidade pública, gratuita e autônoma se organizem, contribuam para que haja um trabalho de base e a politização da categoria. A rejeição da greve na última assembleia da UFCG, em 4 de junho, e na última reunião do setor das IFES, em 07 e 08 de junho, mostram que os docentes estão politicamente desarmados diante dos ataques do governo à carreira, aos salários, às condições de trabalho, aos aposentados e à universidade pública. É necessário que se diga claramente que, sem greve, não haverá negociação efetiva. A experiência com os “parlamentares amigos” e rodadas de “enrolação” mostram que o governo não cederá em nada se não houver luta. Após a Copa e as eleições, a tendência é que os ataques se intensifiquem. É urgente reverter este quadro. O fortalecimento da categoria docente passa pela constituição de uma fração revolucionária em seu interior, que encarne consequentemente a defesa do método da ação direta e de um programa proletário para a educação.